



POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO

PARTE DE SERVIÇO

Do: _____, _____, _____
Cargo Nome Matrícula

A(o): _____(a), _____
Cargo Nome

Assunto: PARTE DE SERVIÇO

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 48.833, de 20 de março de 2020, que declara a situação anormal, caracterizada como “Estado de Calamidade Pública”, no âmbito do Estado de Pernambuco, em virtude da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO que, a cada dia, têm se confirmado novos casos de pessoas contaminadas com o COVID-19 em todo o território nacional e no Estado de Pernambuco;

CONSIDERANDO que os Policiais Civis estão abandonados a própria sorte, estando expostos ao alto grau de risco de contaminarem e serem contaminados pelo COVID-19;

CONSIDERANDO que até o presente momento não foi fornecido a este servidor da Polícia Civil os Equipamentos de proteção Individual (EPIs), quais sejam: álcool em gel 70%, máscaras, luvas;

CONSIDERANDO que a situação é alarmante e não permite que os Policiais Civis fiquem à mercê da própria sorte ou que a população seja contaminada pelos Agentes de Segurança Pública;

CONSIDERANDO que o direito à vida é garantia assegurada constitucionalmente, a saúde é um direito de todos e é dever do estado o seu fornecimento e sua manutenção, temos assim exposto no artigo 196 e artigo 6º da Constituição Federal.



POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO

CONSIDERANDO ainda que o direito à saúde deve ser relacionado ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, com fulcro no artigo 1º inciso III da Constituição Federal. O Estado atua como garantidor da saúde de todos e tem a obrigação de fazer, conforme artigo 23 inciso II, do mesmo do mesmo diploma legal, e,

CONSIDERANDO que o direito a saúde é um direito fundamenta e a busca do fornecimento dos equipamentos de proteção individual é tão somente a expressão de um direito público à saúde.

INFORMO, que diante do todo o exposto, por não ter recebido, até o presente momento, os Equipamentos de Proteção Individual da Administração Pública, ou, por tê-los recebidos e já terem sido usados e não havendo a reposição dos EPI's, fica DESUMANO e LEGALMENTE impossível exigir deste Servidor que exerça o *múnus público* sem pôr em risco a saúde ou a vida da população, dos familiares ou a própria. INFORMA também que não se recusa a exercer quaisquer atribuições do seu cargo, apenas exige o fornecimento dos EPI's para fazê-lo com segurança.

_____, ____ de _____ de 2020.

(Cidade)

(dia)

(mês)

Assinatura